

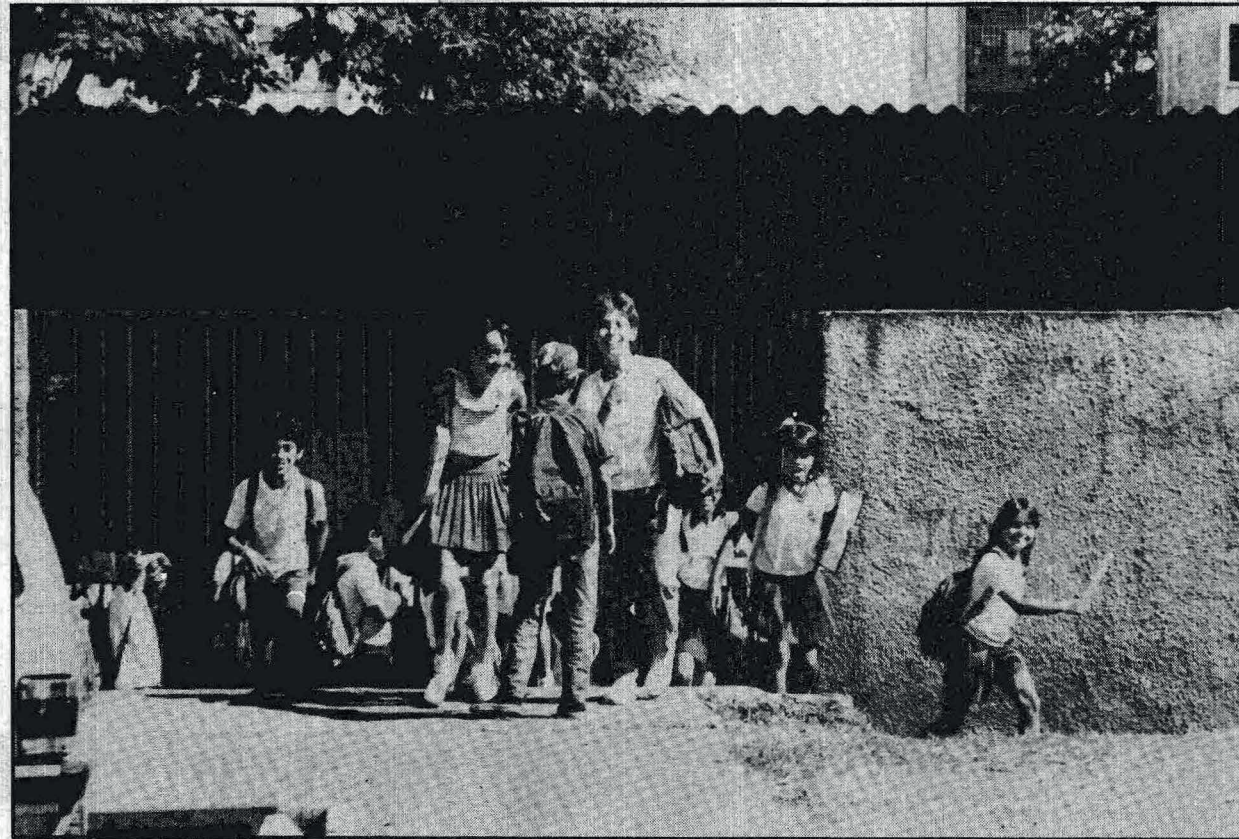
Mensalidade escolar vai subir até 40%

Fotos: Roosevelt Pinheiro

O governo autorizou ontem o reajuste das mensalidades escolares em percentual que varia de no mínimo 17,5% no máximo 40%, conforme portaria do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que será publicada no Diário Oficial que circula na próxima segunda-feira. Depois de praticado este aumento, incidindo apenas sobre o valor a ser pago este mês e sem efeito retroativo, as mensalidades ficam congeladas por tempo indeterminado. A elevação dos preços não poderá ser praticada nas mensalidades de academias de ginástica, cursos de línguas estrangeiras, se limitando, portanto, ao ensino formal.

Ao anunciar o realinhamento dos preços das mensalidades, o presidente da Comissão de Acompanhamento do Plano Verão, Cláudio Adilson Gonçalves, alertou aos pais de alunos para a "absoluta ilegalidade" de aumentos superiores a 40%. Ele explicou que o governo adotou dois critérios básicos para definir o percentual do reajuste: a reposição salarial para garantir o salário médio real dos trabalhadores (cerca de 20 por cento) e o repasse da inflação apurada durante os meses de fevereiro, março e abril, que soma 17,5%. Assim, se determinada escola não foi obrigada a repor a média salarial, o aumento máximo que poderá praticar é o correspondente à inflação dos últimos três meses. As que aplicaram a reposição poderão praticar um reajuste de 40 por cento.

A portaria autorizando o reajuste das mensalidades mantém a garantia aos pais de alunos de poderem "negociar aumentos diferentes" dos definidos pelo governo, ao mesmo tempo em que também preserva a determinação do Decreto 95.921, do ano passado, de que nenhum lucro de estabelecimento poderá ser superior a 10 por cento dos seus custos totais. Qualquer irregularidade na aplicação do percentual de aumento deve ser comunicada à Sunab, que atuará a escola, segundo Cláudio Adilson.



A greve nas escolas públicas é inevitável, segundo avaliação da Secretaria de Educação

O Ministério da Fazenda já prevê algumas dificuldades por parte das associações em "checarem" o percentual de aumento que as escolas poderão praticar. O aumento, garantiu Cláudio Adilson, será diferenciado, porque, insistiu, dependerá do repasse integral ou não do percentual de reposição salarial (7,48% determinada pelo Congresso e os 13,13% na média, garantidos pelo governo). Explicou, porém, que a aplicação de percentuais diferentes do intervalo determinado pelo governo — entre 17,5% a 40% — somente ocorrerá após formalização de um acordo entre escolas e pais de alunos junto aos conselhos estaduais ou federais de Educação.

Pais condenam reajustes

O secretário da Federação Nacional de Associações de Pais e Alunos (Fenapa), Omar Abud, disse ontem que não há "explicação lógica" para o reajuste que o Ministério da Fazenda deu ontem às mensalidades escolares, variando entre 15,5% a 40%. "Os professores não tiveram aumento e não houve reajuste também para os custos destes estabelecimentos. As tarifas públicas não foram realinhadas e o material de limpeza não aumentou. Os encargos continuam congelados. Por que o aumento das mensalidades?", indagou.

Ele alegou ainda que as mensalidades escolares tiveram reajustes

de 46,29% no dia 15 de janeiro último, quando foi anunciado o Plano Verão. "Foi um aumento concedido de graça", reclamou. Omar Abud disse ainda não entender o motivo do reajuste permitido pelo Ministério da Fazenda, já que, segundo ele, o Colégio Objetivo concedeu reajuste médio de 41% a seus professores durante o Plano Verão "sem recorrer a repasses para as mensalidades". Disse ainda que a educação é essencial à população e que o Governo deveria dar prioridade ao setor, não concedendo reajustes para as mensalidades "de graça".